



PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A.
CNPJ-MF 76.527.951/0001-85

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Submetemos à apreciação de V.Sas. o nosso balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, e as demonstrações de fluxo de caixa com as notas explicativas dos administradores, referentes ao exercício social findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.
Permanecemos à disposição dos senhores acionistas para eventuais esclarecimentos que se tornarem necessários.

Curitiba, 30 de março de 2022
Conselho de Administração - Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	455.331	204.651	456.247	205.430	Fornecedores (Nota 17)	76.450	43.025	93.600	44.644
Contas a receber de clientes (Nota 8)	213.078	127.102	242.404	148.144	Risco sacado a pagar (Nota 17)	867.411	537.895	887.411	537.895
Estoques (Nota 9)	183.615	82.594	206.270	87.657	Partes relacionadas (Nota 12)	570	541	580	566
Tributos a recuperar (Nota 10)	49.534	33.472	49.643	35.316	Adiantamentos de clientes	35.557	32.966	36.773	33.626
Adiantamentos a fornecedores	35.713	14.221	73.446	14.690	Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	1.550	2.894	91.310	64.911
Outros ativos (Nota 13.a)	17.488	13.223	19.509	13.422	Passivos de arrendamento (Nota 11)	2.304	2.579	2.304	2.579
	954.759	475.263	1.047.519	504.659	Salários e encargos sociais	10.988	7.603	12.688	8.891
					Tributos a pagar (Nota 19)	11.841	1.894	12.650	4.179
					Dividendos a pagar (Nota 12 (c))	39.331	2.241	39.331	2.241
					Outros passivos	16.943	10.272	19.540	10.674
						1.082.945	641.910	1.196.187	710.206
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Fornecedores (Nota 17)		42		42
Tributos a recuperar (Nota 10)	190	531	190	531	Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	2.625	4.137	31.856	44.121
Contas a receber de clientes (Nota 8)	2.285	5.089	2.292	5.118	Passivos de arrendamento (Nota 11)	918	3.676	918	3.676
Partes relacionadas (Nota 12)	218.377	129.092	77.573	69.473	Provisões para contingências (Nota 20)	6.607	3.995	6.735	3.995
Tributos diferidos (Nota 22)	20.105	10.784	21.071	10.988	Outros passivos	334	248	334	248
Depósitos judiciais (Nota 20)	2.193	2.453	2.196	2.455		10.484	12.098	39.843	52.082
Propriedade para investimento (Nota 13.c)	25.122	25.000	25.122	25.000	Patrimônio líquido (Nota 21)				
Bens destinados à venda (Nota 13.d)	4.300	24.212	4.300	24.212	Capital social	164.803	164.803	164.803	164.803
Outros ativos (Nota 13.b)	19.855	19.855	19.855	19.855	Ajuste de avaliação patrimonial	(26.400)	(26.400)	(26.400)	(26.400)
	292.427	217.016	152.599	157.632	Reserva legal	7.611	7.611	7.611	7.611
Investimento em controlada (Nota 14)	50.735	37.701	53	33	Lucros (prejuízos) acumulados	104.871	(12.944)	104.871	(12.944)
Ativos de direito de uso (Nota 11)	3.222	6.255	3.222	6.255		250.885	125.459	250.885	125.459
Imobilizado (Nota 15)	41.197	40.569	283.447	218.227	Participação dos não controladores			1.986	1.986
Intangível (Nota 16)	1.974	2.663	2.061	2.901	Total do patrimônio líquido	250.885	125.459	252.871	127.419
	97.128	87.188	288.783	227.416	Total do passivo e patrimônio líquido	1.344.314	779.467	1.488.901	889.707
Total do ativo	1.344.314	779.467	1.488.901	889.707					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Operações continuadas				
Receita líquida (Nota 23)	1.609.076	945.877	1.769.982	1.030.501
Custo dos produtos vendidos, das locações e dos serviços prestados (Nota 24)	(1.292.921)	(767.688)	(1.400.884)	(828.597)
Lucro bruto	316.155	178.189	369.098	201.904
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas (Nota 24)	(64.743)	(54.174)	(94.037)	(61.478)
Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	(70.355)	(54.292)	(79.247)	(61.181)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 14)	13.034	5.406	20	32
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas (Nota 24)	(13.287)	(3.430)	(9.249)	1.251
	(135.351)	(106.490)	(182.513)	(121.376)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	180.804	71.699	186.585	80.528
Resultado financeiro				
Despesas financeiras (Nota 25)	(31.151)	(46.372)	(35.050)	(51.855)
Receitas financeiras (Nota 25)	38.116	15.849	40.005	16.932
Despesas financeiras, líquidas (Nota 25)	6.965	(30.523)	4.955	(34.923)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	187.769	41.176	191.540	45.605
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente (Nota 22)	(31.908)		(36.415)	(2.684)
Diferidos (Nota 22)	9.321	(218)	10.083	(14)
Lucro líquido do exercício	165.182	40.958	165.208	42.908
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			165.182	40.958
Participação dos não controladores			26	1.950
			165.208	42.908
Lucro por ação do capital social no fim do exercício - R\$ (básico e diluído operações continuadas)			1,627	422

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	165.182	40.958	165.208	42.908
Outros componentes do resultado abrangente				
Total do resultado abrangente do exercício	165.182	40.958	165.208	42.908

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	187.769	41.176	191.540	45.605
Ajustes				
Depreciação e amortização	6.765	9.637	65.186	51.345
Valor residual do ativo imobilizado baixado	4.197	5.280	7.630	16.242
Amortização direito de uso do arrendamento	3.033	7.113	3.033	7.113
Constituição (reversão) de provisão para outros passivos	2.612	2.457	2.740	2.457
Resultado de equivalência patrimonial	(13.034)	(5.406)	(20)	(32)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.627	8.960	13.699	14.726
Juros direito de uso do arrendamento	3.361	1.739	3.361	1.739
Estorno de crédito ICMS		3.526		3.526
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e financiamentos	24.400	44.633	28.293	50.117
	227.730	119.115	315.462	192.838
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(83.172)	2.175	(91.434)	(18.896)
Estoques	(101.021)	70.871	(118.613)	65.808
Adiantamentos a fornecedores	(21.492)	(4.111)	(58.756)	(4.580)
Tributos a recuperar	(15.721)	8.848	(13.986)	7.190
Outros ativos	260	6.634	259	6.229
Fornecedores	33.384	(90.732)	48.914	(89.113)
Adiantamentos de clientes	2.591	29.165	3.147	29.825
Salários e encargos sociais	3.385	449	3.797	1.737
Tributos a pagar	9.947	505	8.471	2.790
Outros passivos	6.758	3.437	8.953	3.839
Caixa proveniente das operações	62.649	146.356	106.214	197.667
Juros pagos	(25.879)	(34.717)	(29.640)	(44.767)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(18.496)		(22.401)	(1.703)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	18.274	111.639	54.173	151.197
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(24.500)	(11.754)	(161.810)	(63.062)
Movimentações de partes relacionadas	(89.256)	(124.486)	(8.086)	(131.207)
Recebimento pela venda de imobilizado	4.664	29.729	8.478	35.590
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(109.092)	(106.511)	(161.418)	(158.679)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos (Nota 19 (b))	(2.859)	(21.157)	(104.288)	(69.466)
Novos empréstimos e financiamentos (Nota 19 (b))		5.000	118.134	66.698
Pagamento dos arrendamentos - IFRS 16	(3.033)	(7.113)	(3.033)	(7.113)
Risco Sacado	349.516	59.560	349.516	59.560
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(2.126)	(1.629)	(2.267)	(1.629)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	341.498	34.661	358.062	48.050
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	250.680	39.789	250.817	40.568
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	204.651	164.862	205.430	164.862
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	455.331	204.651	456.247	205.430

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019	164.803				(51.502)	113.301	10	113.311
Perda na transação com acionistas (Nota 21 d)				(26.400)		(26.400)		(26.400)
Lucro líquido do exercício					40.958	40.958	1.950	42.908
Destinação do lucro								
Juros sobre capital próprio (Nota 22 c)				(2.400)	(2.400)			(2.400)
Em 31 de dezembro de 2020	164.803			(26.400)	(12.944)	125.459	1.960	127.419
Lucro líquido do exercício					165.182	165.182	26	165.208
Destinação do lucro								
Reserva legal		7.611			(7.611)			
Dividendos obrigatórios (Nota 12 c)				(36.156)	(36.156)			(36.156)
Juros sobre capital próprio (Nota 12 c)				(3.600)	(3.600)			(3.600)
Transferência entre reservas				104.871	(104.871)			
Em 31 de dezembro de 2021	164.803	7.611	104.871	(26.400)	250.885	250.885	1.986	252.871

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua...

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional
1.1 Atividades operacionais
A Paraná Equipamentos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, com sede na cidade de Curitiba - Paraná.
A Companhia e suas controladas (conjuntamente, o "Grupo") atuam na região sul do país, possuindo como atividades preponderantes o comércio, a locação e a prestação de serviços de manutenção preventiva, aluguel e arrendamento de imóveis próprios, consertos e reparos dos produtos Caterpillar, Hyster, Weiler, CBI e Logset. Conforme nota 21 (c), durante o exercício de 2020, a Companhia passou a ser a controladora das empresas Pesa Rental Locações S.A. e Pesa Energia S.A., que até então eram partes relacionadas.
A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 30 de março de 2022.
1.2 Base de preparação
As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, que são reconhecidos por seu valor justo.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.
(a) Demonstrações financeiras individuais
As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.
(b) Demonstrações financeiras consolidadas
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPC).
1.3 Consolidação
A Companhia consolida a entidade sobre a qual detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.
As controladas incluídas na consolidação são a Sitch S.A. Comércio e Serviço de Sistema de Monitoramento, Pesa Rental Locações S.A. e Pesa Energia S.A.
1.4 Capital circulante líquido
Em 31 de dezembro de 2021, o capital circulante líquido da controladora e do consolidado está representado pelo montante, negativo, de R\$ 92.030 e R\$112.616 (2020 - R\$ 166.651 e R\$ 205.551), respectivamente. A redução no capital circulante líquido negativo neste exercício deveu-se principalmente ao forte aumento da demanda de venda de máquinas, onde existem acordo de prazo mais longos para pagamento, aumentando assim o saldo da linha fornecedores e de risco sacado de curto prazos. Adicionalmente, o giro de máquinas novas trouxe aumento para o caixa para Companhia.
A Administração avaliou a capacidade de liquidação de suas obrigações de curto prazo com base nos fluxos de caixa projetados para os próximos 12 meses e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional com base na geração futura de caixa orçada decorrente de sua atividade, pela continuidade dos prazos de fornecimento e modelo de operação que tem sido praticado com o seu principal fornecedor, com a realização de bens destinados à venda, e caso necessário, através de captações no mercado com instituições financeiras.
2 Resumo das principais práticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.
2.1 Consolidação
As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.
(a) Controlada
Controlada é a entidade, na qual o Grupo detém o controle. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle foi transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.
Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos

na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Em 2021, não houve aquisição de controladas em uma combinação de negócios.
Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis da control

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação e reconhecimento

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria mensurados ao custo amortizado. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

(a) Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

(b) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.5 Passivos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros da Companhia são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros da Companhia são como segue:

(c) Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda/locação de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

As operações de vendas a prazo foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base em taxa estimada do custo médio da dívida da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 12,01% a.a. (2020 - 5,05% a.a.) e reflete, na avaliação da Administração, os custos e riscos específicos da sua carteira de recebíveis.

2.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos compreende substancialmente os custos de compra das máquinas e equipamentos para revenda. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

O Grupo compra estoques com condição a prazo. A negociação contém um elemento de financiamento, como, por exemplo, uma diferença entre o preço de aquisição em condição normal de pagamento e o valor pago, essa diferença é reconhecida como despesa de juros durante o período do financiamento.

As máquinas e equipamentos utilizados para locação são transferidos para a conta de estoques quando disponibilizados para venda, quando seu valor contábil for recuperável. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

2.8 Ativos intangíveis

(a) Marcas e patentes registradas

As marcas e patentes registradas são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Os custos com a aquisição de patentes, marcas comerciais e licenças e direitos não são amortizados.

(b) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil, pelas taxas descritas na Nota 16.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.11 Fornecedores e risco sacado a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

A Companhia realiza operações de risco sacado junto a instituições financeiras, com o objetivo de alongar o prazo de pagamento para seu principal fornecedor, detalhamento na Nota 17.

As operações de compras junto ao fornecedor Caterpillar foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa média ponderada de juros das operações com a Caterpillar. A taxa de juros utilizada no cálculo do ajuste a valor presente das compras a prazo foi de 2,61% a.a. (2020 - 2,83%) e para os demais fornecedores foi realizado com base na taxa estimada do custo médio da dívida da Companhia de 12,01% a.a. O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e tem como contrapartida a conta de receita financeira.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado, durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos dos empréstimos e financiamentos que são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Adicionalmente, o empréstimo é reconhecido quando o Grupo vende parte de sua carteira de recebíveis, mas se obriga a repor qualquer título com inadimplência, ou seja, quando o Grupo mantém o ônus e o risco desta carteira.

2.13 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, no Brasil. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos, usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Em 2021, não houve combinação de negócios.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos

diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.15 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas do Grupo após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratuamente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.16 Capital social

As ações são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos, locação de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo aplica os princípios de mensuração da receita de acordo com CPC 47, ao qual, a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios, quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir:

(a) Venda de produtos

Na controladora e no consolidado, as vendas são reconhecidas quando da entrega dos produtos (máquinas e peças) para o comprador, considerando como o momento que os riscos e benefícios são transferidos e a receita e custo podem ser mensurados confiavelmente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que os produtos tenham sido enviados para o local especificado, os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o comprador, o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com contrato de venda e as disposições de aceitação tenham sido acordadas ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

(b) Venda de serviços

Na controladora e no consolidado, a prestação de serviços de manutenção preventiva, consertos e reparos dos produtos Caterpillar são prestados com base no tempo incorrido e no material utilizado. A receita é, em geral, reconhecida pelas taxas contratadas. Para os contratos de entrega de materiais, a fase de conclusão é mensurada com base nas despesas diretas incorridas como um percentual do total de despesas incorridas e a serem incorridas.

(c) Locação de produtos

Na controladora e no consolidado, a receita de locação é reconhecida proporcionalmente à medida que decorre o prazo do contrato e seu valor pode ser mensurado de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. A receita de locação é composta basicamente por locação de máquinas e equipamentos.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.19 Propriedade para investimento

As propriedades para investimentos são propriedades mantidas para obter rendas com aluguéis e/ou valorização de capital e são mensuradas ao custo, incluindo os custos de transação.

2.20 Efeitos da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia mundial declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a empresa promoveu um comitê interno e vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar os impactos no que se refere à saúde e segurança dos colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e dos negócios que não sofreram impactos relevantes até o momento. Foram avaliados os seguintes aspectos: estimativa de perda dos estoques por decorrência de baixo giro e alteração do seu valor realizável; cumprimento das obrigações assumidas por clientes e com fornecedores; análises de índices de liquidez e linhas de créditos disponíveis; realização dos tributos diferidos; cálculo da provisão para devedores duvidosos. A conclusão da administração é que até o momento não houve e não há expectativa de impactos materiais em relação a esses itens.

2.21 Bens destinados à venda (Ativos não circulantes mantidos para venda)

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

3 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

3.1 Alterações adotadas pela Companhia

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

• **Reforma da IBOR** - Fase 2: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 "Instrumentos Financeiros", ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos", ao IFRS 4/CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pelo Grupo, com relação a:

(i) Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros: permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desreconhecimento do contrato e, consequentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior.

(ii) Relações de hedge: a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício.

Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Companhia nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico do Grupo e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo está sujeito ao imposto de renda e contribuição social com base nas alíquotas vigentes. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(c) Provisão para ações judiciais

O Grupo é parte envolvido em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para ações judiciais são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(d) Revisão da vida útil e recuperação de propriedades, máquinas e equipamentos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos parâmetros. Adicionalmente, o Grupo, anualmente, revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. O Grupo avaliou que não houve alterações significativas das vidas úteis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros, risco de crédito, risco de liquidez e risco cambial. O programa de gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria, seguindo as políticas aprovadas pela administração. A tesouraria identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração do Grupo estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e financiamentos emitidos às taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política é a de manter seus empréstimos e financiamentos com pagamento em taxa de juros variáveis. Durante os exercícios de 2021 e 2020, os empréstimos e financiamentos às taxas variáveis eram mantidos em CDI e em TJLP acompanhando os juros de mercado. Taxas fixas são utilizadas somente em projetos de investimento. O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração do Grupo. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que o Grupo não ultrapasse os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

(d) Risco cambial

O Grupo tem parte de suas compras de máquinas para revenda e aluguel feitas no mercado externo e está exposto ao risco cambial decorrente de exposição com relação ao dólar dos Estados Unidos

Para cobrir o risco com esta exposição, são contratadas operações denominadas "NDF Forward" que garantem que o montante exposto não seja realizado em taxa cambial superior às precificadas a um valor futuro que considera a média dos juros locais e internacionais, mas que mantêm um valor mínimo até onde não há obrigação de liquidação por parte da Companhia contratante. Os empréstimos e financiamentos contratados em linhas externas já foram firmados com derivativos embutidos, trocando a exposição cambial por taxas atreladas ao CDI. A seguir, os montantes denominados em moeda estrangeira:

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	Em milhares de dólares norte americanos	Em milhares de reais	Em milhares de dólares norte americanos	Em milhares de reais
Passivo				
Fornecedores (Nota 17)	(12.491)	(69.949)	(2.967)	(17.489)
Exposições líquidas	(12.491)	(69.949)	(2.967)	(17.489)

5.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias/grupos do setor, o Grupo monitora o capital com base no Índice de Alavancagem Financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 podem ser assim resumidos:

	2021	2020
Total dos empréstimos e financiamentos	126.388	115.287
Risco sacado	887.411	537.895
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(456.247)	(205.430)
Dívida líquida	557.552	447.752
Total do patrimônio líquido	252.871	127.419
Total do capital	810.423	575.171
Índice de alavancagem financeira - %	69	78

6 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativos mensurados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	455.331	204.651	456.247	205.430
Contas a				

Continuação... Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação do ativo de direito de uso

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.368
(+/-) Remensuração	(102)
(+) Adições	
(-) Depreciação	(7.011)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.255
2021	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.255
(+/-) Remensuração	7.389
(+) Adições	
(-) Depreciação	(10.422)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.222

(b) Passivos de arrendamento

Dos contratos que foram escopo da norma, na Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguel fixos, nos quais consideramos as renovatórias de acordo com o contrato, e os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira, utilizando a taxa de 0,98% a.m. para os imóveis arrendados.

Movimentação de passivos de arrendamento

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13.368
(+) Encargos	
(+) Remensuração	(102)
(+) Adições	
(-) Contraprestação	(7.011)
Circulante	2.579
Não circulante	3.676
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.255
2021	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.255
(+) Encargos	
(+) Remensuração	7.389
(+) Adições	
(-) Contraprestação	(10.422)
Circulante	2.304
Não circulante	918
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.222

12 Transações e saldos com partes relacionadas

(a) Saldos - mútuos

Sobre os mútuos não há incidência de encargos e não há prazo de vencimento. A negociação entre as partes relacionadas trata-se principalmente da comercialização de produtos, e de remessas financeiras. No caso dos valores a receber da controladora da Companhia, Sinergia, estima-se que esses valores serão liquidados com futuros dividendos a serem deliberados pela Companhia.

	Até 30 dias	Entre 31 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Maior que 361 dias	Total geral
Partes relacionadas, líquido entre ativo e passivo	17.756	2.054	3.843	6.785	46.555	76.993

	2021		2020	
	Ativos Não Circulante	Ativos Circulante	Ativos Não Circulante	Ativos Circulante
Pesa Energia S.A.		5.955		3.442
Pesa Agro Comércio de Máquinas S.A.				5
Sinergia Empreendimentos e Participações		66.838		51.676
Sitech S.A. Com. e Serv. de Sistemas de Monitoramento		122		122
Pesa Catarinense S.A.		193		
Pesa Rental Locações S.A.		135.426		56.752
Pesa Imóveis S.A.		9.205		16.784
Outros acionistas		638		311
		218.377		129.092

	2021		2020	
	Passivos Não Circulante	Passivos Circulante	Passivos Não Circulante	Passivos Circulante
Sociedade ligada				
Curipeças Com. de Peças e Tratores Usados S.A.		(315)		(379)
Pesa Agro Comércio de Máquinas S.A.		(255)		(162)
Pesa Catarinense S.A.				(570)
		(570)		(541)
		217.807		128.551

	2021		2020	
	Ativos Não Circulante	Ativos Circulante	Ativos Não Circulante	Ativos Circulante
Pesa Agro Comércio de Máquinas S.A.		66.838		51.676
Sinergia Empreendimentos e Participações		193		
Pesa Catarinense S.A.		9.904		17.486
Pesa Imóveis S.A.		638		311
Outros acionistas				
		77.573		69.473

	2021		2020	
	Passivos Não Circulante	Passivos Circulante	Passivos Não Circulante	Passivos Circulante
Sociedade ligada				
Curipeças Com. de Peças e Tratores Usados S.A.		(321)		(388)
Pesa Catarinense S.A.				(162)
Pesa Agro Comércio de Máquinas S.A.		(259)		(116)
		(580)		(566)
		76.993		68.907

15 Imobilizado

(a) Controladora

	Bens para locação	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Consórcio em andamento	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	12.833	3.928	22.364	1.906	1.121	621	323	5.697	48.793
Aquisições	8.960	213	672	141	1.688	34	46		11.755
Alienações	(7.888)		(1)	(159)	(283)				(8.331)
Transferência	1.324		323	485			(323)	(1.809)	
Transferências para estoques	(3.720)			(568)	(436)	(133)			(3.720)
Depreciação	(5.721)		(1.069)						(7.927)
Em 31 de dezembro de 2020	5.788	4.141	22.289	1.805	2.090	522	46	3.888	40.569
Custo total	70.941	4.141	27.280	17.585	5.511	4.000	46	3.888	133.392
Depreciação acumulada	(65.153)		(4.991)	(15.780)	(3.421)	(3.478)			(92.823)
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	5.788	4.141	22.289	1.805	2.090	522	46	3.888	40.569
Aquisições	7.434		4.710	723	1.696	10	619	1.427	16.619
Alienações	(4.636)		(4.297)	(22)	(345)				(9.300)
Transferência	17		46	(17)			(46)		
Transferências para estoques	(1.022)			(492)	(663)	(114)			(1.022)
Depreciação	(3.135)		(1.265)						(5.669)
Em 31 de dezembro de 2021	4.446	4.141	21.483	1.997	2.778	418	619	5.315	41.197
Custo total	33.897	4.141	27.365	17.695	4.676	4.011	619	5.315	97.719
Depreciação acumulada	(29.451)		(5.882)	(15.698)	(1.898)	(3.593)			(56.522)
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	4.446	4.141	21.483	1.997	2.778	418	619	5.315	41.197
Taxa anual média de depreciação - %	20%		4%	10%	20%	10%			

(b) Consolidado

	Bens para locação	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Consórcio em andamento	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	12.833	3.928	22.364	1.906	1.121	621	323	5.697	48.793
Aquisições	247.565	213	672	489	4.172	39	46	2.839	256.035
Alienações	(27.996)		(1)	(159)	(283)				(28.439)
Transferência	3.261		323	408	(1.860)		(323)	(1.809)	
Transferências para estoques	(8.689)			(622)	(926)	(133)			(8.689)
Depreciação	(46.723)		(1.069)						(49.473)
Em 31 de dezembro de 2020	180.251	4.141	22.289	2.022	2.224	527	46	6.727	218.227
Custo total	327.519	4.141	27.280	18.129	5.716	4.008	46	6.727	393.566
Depreciação acumulada	(147.268)		(4.991)	(16.107)	(3.492)	(3.481)			(175.339)
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	180.251	4.141	22.289	2.022	2.224	527	46	6.727	218.227
Aquisições	196.248		4.710	884	1.696	14	3.999	1.426	208.977
Alienações	(48.012)		(4.297)	(75)	(385)		(3.380)	(341)	(56.490)
Transferência	(1.424)		46	1.424			(46)		
Transferências para estoques	(23.344)			(881)	(663)	(115)			(23.344)
Depreciação	(60.999)		(1.265)						(63.923)
Em 31 de dezembro de 2021	242.720	4.141	21.483	3.374	2.872	426	619	7.812	283.447
Custo total	392.995	4.141	27.365	20.512	4.881	4.022	619	7.812	462.347
Depreciação acumulada	(150.275)		(5.882)	(17.138)	(2.009)	(3.596)			(178.900)
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	242.720	4.141	21.483	3.374	2.872	426	619	7.812	283.447
Taxa anual média de depreciação - %	20%		4%	10%	20%	10%			

(b) Transações Controladora e Consolidado

	Vendas de máquinas, peças e serviços		Compras de peças e serviços	
	2021	2020	2021	2020
Sociedades ligadas				
Curipeças Com. de Peças e Tratores Usados S.A. (i)	3.159	1.419	14.673	6.619
Pesa Agro Comércio de Máquinas S.A. (ii)	1.620	5.180	18.402	7.182
Pesa Energia S.A.	5.200	4.137	356	741
Pesa Catarinense S.A.	403	564	1.080	876
Pesa Rental Locações S.A. (ii)	85.385	73.769	31.453	11.203
	95.767	85.069	65.964	26.621

(i) As operações realizadas com a empresa Curipeças, decorrem, principalmente, da aquisição de peças usadas.
(ii) As operações realizadas com as empresas Pesa Agro e Pesa Rental, decorrem principalmente, da venda de máquinas novas e usadas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e principais administradores. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Honorários de diretoria	4.370	4.085

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 36.156 e R\$ 3.175 (2020 - R\$ 2.241) se refere a dividendos e juros sobre capital próprio a pagar aos acionistas pessoas físicas.

13 Outros ativos

(a) Outros ativos - Circulante

A Companhia possui um saldo de R\$ 6.002 referente a "post sale credit", que se trata de um ressarcimento a ser recebido da Caterpillar após a venda das máquinas e equipamentos, e o saldo de R\$ 7.897 de custo de máquinas e equipamentos que estão no processo de preparação para venda.

A Companhia finalizou o exercício com o saldo de R\$ 3.589 registrado em garantias a receber da Caterpillar, valor já recebido no primeiro trimestre de 2022.

(b) Outros ativos - não circulante

Em maio de 2019, a Companhia recebeu o direito creditório em face do Estado de Santa Catarina da cedente Construtora Triunfo S.A. no valor de R\$ 19.855 (2020 - R\$ 19.855).

(c) Propriedade para investimento

Em 2018, a Companhia recebeu da parte relacionada Curipeças Com. de Peças e Tratores Usados S.A. um terreno localizado no município de Ventania, comarca de Tibagi no estado do Paraná por R\$ 25.000, avaliado e registrado pelo custo de aquisição, em 2021 foi provisionado o valor R\$ 19.000 referente perda relacionada a esta propriedade. Em 2020 existiam bens destinados à venda, no valor de R\$ 19.122, que por decisão da administração foram reclassificados para propriedade para investimento.

(d) Bens destinados à venda

Em dezembro de 2018, a Companhia recebeu um imóvel da empresa Comin & Cia Ltda, situado no município e comarca de Lauro Muller no estado de Santa Catarina no valor de R\$ 1.600 como dação em pagamento para quitação total da dívida entre as partes. Em março de 2021, a Companhia recebeu da empresa Selent e Anjos Construtora e Incorporadora Ltda, um imóvel situado em Itapema no estado de Santa Catarina no valor de R\$ 2.700.

Custo de aquisição

Imóvel em Lauro Muller no estado de Santa Catarina	1.600
Imóvel em Itapema no estado de Santa Catarina	2.700
	4.300

14 Investimento em controlada

As empresas nacionais controladas são Sitech S.A. Comercio e Serviço de Sistema de Monitoramento, Pesa Rental Locações S.A e Pesa Energia S.A.

Em 20 de maio de 2020, foi aprovada em Ata do Conselho de Administração a conversão dos créditos que a Companhia possuía com as partes relacionadas sociedades Pesa Rental Locações S.A., no montante de R\$ 48.587 e Pesa Energia S.A. no montante de R\$ 9.616, em participação societária. A partir desta data a Companhia passou a ser a controladora dessas empresas.

(a) Informações sobre o investimento

	Quantidade de ações	Participação %	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
Em 31 de dezembro de 2020				
Sitech S.A. Comercio e Serviço de Sistema de Monitoramento	4.934	98,68	192	236
Em 31 de dezembro de 2021				
Sitech S.A. Comercio e Serviço de Sistema de Monitoramento	4.934	98,68	(89)	(281)
Em 31 de dezembro de 2020				
Pesa Rental Locações S.A.	48.587	99,79	39.831	4.693
Em 31 de dezembro de 2021				
Pesa Rental Locações S.A.	48.587	99,79	52.958	13.127
Em 31 de dezembro de 2020				
Pesa Energia S.A.	9.616	98,71	(2.891)	444
Em 31 de dezembro de 2021				
Pesa Energia S.A.	9.616	98,71	(2.723)	168

(b) Movimentação dos investimentos

	Sitech Sistemas de Monitoramento S.A.	Pesa Rental Locações S.A.	Pesa Energia S.A.
Saldo em 31 de dezembro de 2020		192	
Participação nos lucros		(281)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021		(89)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020		39.831	
Participação nos lucros		13.127	
Saldo em 31 de dezembro de 2021		52.958	
Saldo em 31 de dezembro de 2020		(2.891)	
Participação nos lucros		168	
Saldo em 31 de dezembro de 2021		(2.723)	

(c) Outras informações

Na controladora e consolidada, a depreciação do exercício alocada ao custo dos produtos vendidos montou R\$ 3.135 e R\$ 60.999 (2020 - R\$ 5.721 e R\$ 46.723); as despesas, R\$2.534 e R\$ 2.924 (2020 - R\$ 2.206 e R\$ 2.750).

A Companhia destacou, para a renovação de sua frota de bens para locação, as máquinas e equipamentos seminovos que foram disponibilizados para venda no decorrer do exercício de 2021, o que representa um valor residual equivalente a R\$ 1.022 na controladora e R\$ 23.344 consolidada em 31 de dezembro de 2021 (2020 - R\$ 8.689). Em consequência, tal montante foi transferido para o ativo circulante, na conta de estoques.

(d) Impairment de imobilizados

A Companhia avalia periodic

Continuação... Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- R\$ 3.995), para os quais há necessidade de constituição de uma provisão para ações judiciais em virtude da probabilidade de perda ser classificada como provável.

	Tributária	Trabalhista	Cível	Total
Em 31 de dezembro de 2020	1.112	2.181	702	3.995
Constituições		5.092	4.150	9.242
Realização		(3.009)	(852)	(3.861)
Em 31 de dezembro de 2021	1.112	4.264	1.359	6.735

(b) Depósitos judiciais (Controladora e Consolidado)

	Trabalhista	Cível	Total
Em 31 de dezembro de 2019	10	1.736	1.746
Pagamentos		(119)	(119)
Constituições	583	245	828
Em 31 de dezembro de 2020	593	1.862	2.455
Pagamentos	(492)	(1)	(493)
Constituições	228	6	234
Em 31 de dezembro de 2021	329	1.867	2.196

(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço (Controladora e Consolidado)

A Companhia e sua controlada têm ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, conforme composição abaixo:

	2021	2020
Trabalhistas	5.724	5.204
Cíveis	4.716	4.491
Tributárias	6.016	5.469
	16.456	15.164

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social é composto por 101.559 ações sem valor nominal de acionistas pessoas físicas residentes no país.

(b) Reservas de lucros - legal

A reserva legal é constituída a partir do lucro líquido do exercício, aplicando-se o percentual de 5%, antes de qualquer outra destinação, e não excederá a 20% do capital social. A utilização da reserva legal está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social. A compensação de prejuízos ocorrerá obrigatoriamente quando ainda houver saldo de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros.

Em 2021 a Companhia constituiu reserva legal de R\$ 6.112 e em 2020 não teve saldo a ser utilizado, a reserva legal foi utilizada na compensação de prejuízos acumulados.

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em 2021, houve a constituição de remuneração aos acionistas sob a forma de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 3.600, (2020 - R\$ 2.400).

O Estatuto prevê o pagamento de dividendo anual mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária.

Em 2021 a Companhia constituiu R\$36.156 referente dividendos obrigatórios não pagos.

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 20 de maio de 2020, foi aprovada em Ata do Conselho de Administração a conversão dos créditos que a Companhia possui com as partes relacionadas sociedades Pesa Rental Locações S.A., no montante de R\$ 48.587, e BR Geradores Ltda., no montante de R\$ 9.617, em participação societária. A partir desta data a Companhia passou a ser a controladora dessas empresas. Nesta transação entre empresas pertencendo ao mesmo acionista no grupo, a Companhia reconheceu diretamente no patrimônio líquido um ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 26.400 que se refere a diferença entre o passivo a descoberto e o valor da contra partida da conversão dos créditos.

22 Imposto de renda e contribuição social

Tributos diferidos

	Controladora e Consolidado		Diferido ativo	Diferido passivo
	2021	2020		
Diferenças Temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.201	2.690		
Diferença temporária entre taxas de depreciação contábil e fiscal			(1.020)	(809)
Prejuízos fiscais e base negativa CSLL (i)	5.852	4.727		
Provisão para perda de Investimento	6.460			
Provisão para customização de máquinas	2.762	1.377		
Outras diferenças temporárias	4.816	3.003		
	22.091	11.797	(1.020)	(809)
Tributos diferidos, líquidos	21.071	10.988		

Os créditos fiscais são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. A administração estima que os tributos diferidos ativos registrados contabilmente se realizarão nos próximos dois anos.

(i) A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL de anos anteriores no valor de R\$ 103.451 (2020 - R\$ 145.599), sendo constituído em 2021 imposto diferido sobre a parcela considerada de provável realização, tendo como base o valor de R\$ 15.315.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS	187.769	41.176	191.520	45.605
Imposto à alíquota nominal	(63.841)	(14.000)	(65.117)	(17.333)
Exclusão referente a crédito ICMS presumido sobre a venda de máquinas	(20.077)	(10.367)	(20.077)	(10.367)
Outras adições (exclusões) permanentes, líquidas	899	(232)	1.006	115
AVP clientes e fornecedores	(586)	(529)	(543)	(529)
Equivalência patrimonial	(4.432)	(1.838)	(7)	(11)
Constituição de tributos diferidos de anos anteriores	(1.505)		(1.631)	
Incentivos fiscais	(14.330)		(16.253)	
Compensação prejuízo Fiscal	(1.224)	(816)	(1.280)	(816)
Juros sobre capital próprio				
Total	(41.255)	(13.782)	(38.785)	(12.797)
IR e CS apurados	(22.587)	(218)	(26.332)	(2.698)
IR e CS corrente	(31.908)		(36.415)	(2.684)
IR e CS diferidos	9.321	(218)	10.083	(14)
IR e CS apurados	(22.587)	(218)	(26.332)	(2.698)

23 Receita

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta de vendas e serviços				
Vendas de máquinas	1.430.435	769.532	1.460.192	780.482
Venda de peças	259.378	209.326	259.378	209.862
Receita com locações de equipamentos	6.272	17.186	145.465	96.049
Prestação de serviços	53.027	32.769	58.705	34.632
(-) Tributos sobre vendas e serviços prestados	(140.036)	(62.936)	(153.758)	(90.524)
Receita líquida das vendas e serviços	1.609.076	945.877	1.769.982	1.030.501

24 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Varição nos estoques de máquinas	(1.122.563)	(637.608)	(1.187.462)	(658.546)
Varição nos estoques de peças	(156.708)	(125.438)	(156.837)	(125.438)
Despesas de benefícios a empregados	(41.680)	(31.765)	(48.358)	(36.692)
Despesas de depreciação e amortização	(6.595)	(9.501)	(64.627)	(51.019)
Despesa com amortização dos arrendamentos	(10.422)	(7.011)	(10.422)	(7.011)
Despesas de transportes	(16.221)	(12.216)	(20.241)	(13.805)
Custos de publicidade	(1.263)	(948)	(1.302)	(948)
Pagamentos de aluguéis e arrendamentos	(108)	(143)	(975)	(630)

Serviços de terceiros	(9.785)	(13.023)	(12.877)	(13.403)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.627)	(8.960)	(13.699)	(14.726)
Outras receitas (despesas), líquidas	(67.334)	(32.971)	(66.617)	(72.787)
	(1.441.306)	(879.584)	(1.583.417)	(950.005)

Custo dos produtos vendidos, das locações e dos serviços prestados	(1.292.921)	(767.688)	(1.400.884)	(828.597)
Despesas com vendas	(64.743)	(54.174)	(94.037)	(61.478)
Despesas gerais e administrativas	(70.355)	(54.292)	(79.247)	(61.181)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	(13.287)	(3.430)	(9.249)	1.251
	(1.441.306)	(879.584)	(1.583.417)	(950.005)

25 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas financeiras				
Juros pagos	(688)	(207)	(782)	(423)
Juros sobre tributos em atraso	(10)	(59)	(17)	(59)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(996)	(4.145)	(2.609)	(8.268)
Despesas bancárias	(1.251)	(746)	(1.291)	(765)
Variação cambial passiva	(633)	(986)	(2.031)	(1.854)
Despesas com operações de Swap	(3.529)	(1.717)	(3.529)	(1.841)
Ajuste a valor presente fornecedores	(17.493)	(33.290)	(17.355)	(33.289)
Ajuste a valor presente clientes	(1.911)		(2.049)	
Outras despesas financeiras	(1.270)	(5.222)	(1.859)	(5.356)
Despesas financeiras	(27.761)	(46.372)	(31,522)	(51,855)

Receitas financeiras				
Juros sobre aplicação financeira	18.666	5.264	18.770	5.282
Juros recebidos de títulos de contas a receber de clientes	3.618	1.733	3.916	1.765
Variação cambial ativa	1.594	1.533	1.722	1.691
Receita com operações de swap	293	277	1.589	987
Ajuste a valor presente clientes	10.555	5.619	10.612	5.872
Outras receitas financeiras	34.726	15.849	36.609	16.932
Receitas financeiras	6.965	(30,523)	5,087	(34,923)

26 Seguros (Controladora de consolidado - não auditado)

A Companhia e sua controlada possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada possuíam, principalmente, as seguintes apólices de seguro contratadas:

Ramos	Importâncias seguradas
Valores em risco - imobilizado	203.507
Incêndio, raios e explosões	78.410
Responsabilidade civil	3.500

DIRETORIA	CONTADORA
FRANCISCO CORAIOLA BORIO Diretor Gerente	Eliane Circe de Oliveira Controller - Contadora CRC/PR - 04623/O-7
MAURO BARROS DE ABREU Diretor Financeiro	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Rogério Macedo Borio	Leonardo Coraiola Borio
Bernardo Coraiola Borio	Maurílio Muller

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Paraná Equipamentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Paraná Equipamentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Paraná Equipamentos S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paraná Equipamentos S.A. e da Paraná Equipamentos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como ne-

cessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o

objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
 - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Curitiba, 30 de março de 2022
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Carlos Alexandre Peres
Contador CRC 1SP198156/O-7

PUBLICIDADE LEGAL: EDITAIS, ATAS, BALANÇOS E FATOS RELEVANTES

DIÁRIO INDÚSTRIA & COMÉRCIO

/diarioinduscom

/diarioinduscom

IC Entrevista

diarioinduscom.com.br

DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 03.303.999/0001-36
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

São convidados os senhores acionistas da DTCOM Direct to Company, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 29 de abril de 2022, às 11h, na sede social da companhia, à Av. Dom Pedro II, 1720, Quatro Barras, Paraná, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária:** I- Examinar, discutir e aprovar, o relatório da administração e as demonstrações financeiras, inclusive parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31.12.2021; II- Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2022; III- Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2021. **Informações Gerais: Documentos à Disposição dos Acionistas:** Nos termos da legislação aplicável, as cópias dos documentos referentes às matérias da ordem do dia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede e no website da Companhia (<http://dtkom.com.br>), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), em conformidade com as disposições da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM nº 481/2009. **Participação na Assembleia:** Os Acionistas da Companhia deverão comparecer à Assembleia munidos dos seguintes documentos: (a) além do documento de identidade, o respectivo comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária; e (b) se for o caso, instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126, §1º, da Lei 6.404/76. **Voto à distância:** Nos termos da Instrução CVM 481/2009, alterada pela Instrução CVM 594/17, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que os Acionistas Participem da Assembleia Geral Ordinária mediante preenchimento e a entrega dos respectivos Boletins de Voto a Distância aos agentes de Custódia, ao escriturador ou diretamente à Companhia, de acordo com as instruções da Proposta da Administração. **Apresentação dos documentos para participação na Assembleia:** Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia, solicita-se que o comprovante de titularidade das ações e o instrumento de mandato, bem como os instrumentos de procuração, sejam depositados na sede da companhia, no Município de Quatro Barras, Estado de Paraná, na Avenida Dom Pedro II, 1720, aos cuidados do Departamento Societário, no horário compreendido entre as 09:00 e 18:00 horas, de segunda a sexta, até, no máximo, 24 horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária. Quatro Barras, 08 de abril de 2022. **Leonardo Petrelli Neto** - Presidente do Conselho de Administração.

Swedish Match.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
SWEDISH MATCH DO BRASIL S/A
CNPJ nº 33.016.338/0002-71

Ficam convocados os Senhores Acionistas da SWEDISH MATCH DO BRASIL S/A a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2022, às 10:00, em sua sede, localizada na Rua Conselheiro Laurindo, nº 1425, Rebouças, Curitiba/PR, CEP: 80.230-180, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) aprovação de contas e demonstrações financeiras de 2021; e (ii) sobre a destinação do lucro líquido do exercício social de 2021 e, caso haja, a distribuição de dividendos aos acionistas. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) declaração e pagamento de Juros Sobre Capital Próprio ("JSCP") referente ao primeiro trimestre de 2022. Os documentos relativos à matéria a ser discutida na Assembleia Geral, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia, em conformidade com as disposições da Lei 6.404/76.

Informações Gerais: O Acionista, seu representante legal ou procurador, deverá observar as disposições previstas no parágrafo 1º do artigo 126 da Lei nº 6.404/1976 para participar da Reunião, apresentando o documento hábil de sua identificação.

Curitiba/PR, 07 de abril de 2022.
Allan Pahl Carpes

Consulte nossa equipe de Publicidade Legal:
Ligue 41 3333-9800
publegal@induscom.com.br
ou pl@induscom.com.br



AGRES SISTEMAS ELETRÔNICOS S.A.
CNPJ 06.635.277/0001-77

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em Reais)

Nota explicativa	2021	2020	Nota explicativa	2021	2020
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5 168.648	255.587	Fornecedores	14 18.375.882	8.801.550
Contas a receber de clientes	6 28.260.254	11.824.753	Empréstimos e financiamentos	15 28.082.973	4.976.926
Estoques	7 29.928.305	9.545.160	Obrigações trabalhistas	16 1.277.644	598.103
Impostos a recuperar	8 4.884.543	2.814.656	Obrigações tributárias	16 1.003.473	474.258
Adiantamentos	9 6.406.408	701.953	Outras obrigações	17 720.000	720.000
Partes relacionadas	10 -	47.330	Outras contas a pagar	17 663.577	488.199
	69.648.158	25.189.439	Passivo direito de uso	13 534.668	231.921
				48.658.217	16.290.957
Não circulante			Não circulante		
Aplicações financeiras	5 150.000	-	Empréstimos e financiamentos	15 17.321.499	15.027.697
Contas a receber de clientes	6 -	449.930	Obrigações tributárias	16 348.534	925.373
Imobilizado	11 6.219.039	2.636.070	Outras obrigações	17 180.000	900.000
Intangível	12 7.056.487	5.887.219	Dividendos a pagar	18.c 787.685	-
Ativo direito de uso	13 2.055.718	200.543	Passivo direito de uso	13 1.596.191	-
	15.481.244	9.173.762		20.233.909	16.853.070
Total do ativo	85.129.402	34.363.201	Patrimônio líquido		
			Capital social	18.a 1.047.000	1.047.000
			Reserva legal	18.b 209.400	157.319
			Reserva de lucros	18.d 14.980.876	14.855
				16.237.276	1.219.174
			Total do passivo e patrimônio líquido	85.129.402	34.363.201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em Reais)

	2021	2020
Receita operacional líquida	93.664.809	39.449.672
Custos dos produtos vendidos	(54.440.947)	(26.232.559)
Resultado bruto	39.223.862	13.217.113
Despesas operacionais		
Vendas	(148.127)	(179.025)
Administrativas e gerais	(13.099.744)	(7.911.617)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	1.551.278	(271.267)
Resultado antes do resultado financeiro	27.527.269	4.855.204
Despesas financeiras	(7.931.132)	(6.257.113)
Receitas financeiras	2.990.695	1.417.546
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	22.586.832	15.637
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(6.781.045)	-
Lucros/(prejuízos) do exercício	15.805.787	15.637

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	15.805.787	15.637
Ajustes por:		
Depreciação	1.005.753	286.204
Amortização intangível	1.871.900	1.257.439
Amortização e remensuração direito de uso	676.164	292.483
AVP direito de uso	135.123	39.342
Baixa no inventário dos estoques	2.918.710	-
Juros provisionados	1.358.580	3.146.455
	23.772.017	5.037.560
Variações nos ativos e passivos		
(+/-) Aumento/redução de contas a receber	(15.985.571)	(4.317.056)
(+/-) Aumento/redução em estoques	(23.301.855)	(5.336.206)
(+/-) Aumento/redução em impostos a recuperar	(2.069.887)	(1.751.064)
(+/-) Aumento/redução em despesas antecipadas	-	34.594
(+/-) Aumento/redução em adiantamentos	(5.704.455)	(508.754)
(+/-) Aumento/redução de fornecedores	9.574.332	6.894.524
(+/-) Aumento/redução de obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	631.917	(372.321)
(+/-) Aumento/redução em outras contas a pagar	175.378	299.427
(+/-) Aumento/redução em outras obrigações	(720.000)	(720.000)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(13.628.124)	(939.296)
Juros pagos	(1.425.649)	(1.048.257)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades operacionais	(15.053.773)	(1.987.553)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(5.722.030)	(896.843)
Aquisição de ativo intangível	(3.041.168)	(2.174.258)
Pagamento de arrendamento mercantil	(767.524)	(331.840)
Baixas de ativo imobilizado	1.133.308	48.232
Baixas de investimentos	(150.000)	220.000
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(8.547.414)	(3.134.709)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e financiamentos	30.310.476	13.929.732
Pagamento de principal e juros empréstimos e financiamentos	(6.843.558)	(9.552.355)
(+/-) Aumento/redução em partes relacionadas	47.330	69.337
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	23.514.248	4.446.714
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa	(86.939)	(675.548)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	255.587	931.135
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	168.648	255.587
(Diminuição)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	(86.939)	(675.548)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.047.000	156.537	-	-	1.203.537
Prejuízo do exercício	-	-	-	15.637	15.637
Reversão de reserva legal	-	782	14.855	(15.637)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.047.000	157.319	14.855	-	1.219.174
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.805.787	15.805.787
Constituição de reservas	-	52.081	15.753.706	(15.805.787)	-
Destinação do lucro do exercício	-	-	(787.685)	-	(787.685)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.047.000	209.400	14.980.876	-	16.237.276

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FERNANDO GODOY ZANICOTTI - DIRETOR EXECUTIVO / ROBSON DOS SANTOS NEU - CONTADOR - CRC: PR-071448/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas da Agres Sistemas Eletrônicos S.A. Curitiba - PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis
Examinamos as demonstrações contábeis da Agres Sistemas Eletrônicos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agres Sistemas Eletrônicos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis**
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Agres Sistemas Eletrônicos S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Agres Sistemas Eletrônicos S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Agres Sistemas Eletrônicos S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agres Sistemas Eletrônicos S.A.;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agres Sistemas Eletrônicos S.A. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Agres Sistemas Eletrônicos S.A. a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 16 de fevereiro de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 PR 006853/F-9
Marisa Bernardino de Albuquerque
Contadora CRC SP 143624-O/T - S - PR



As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 08/04/2022

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: <https://www.diarioinduscom.com.br/conteudo/publicidade-legal>

